

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 162.419 - GO (2018/0312135-1)

RELATOR : **MINISTRO BENEDITO GONÇALVES**
SUSCITANTE : **JUÍZO DA VARA DO TRABALHO DE URUAÇU - GO**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE NIQUELÂNDIA - GO**
INTERES. : **HENRIQUE CESAR NUNES ROCHA**
ADVOGADOS : **GERALDO ANTÔNIO SOARES FILHO - GO019719**
: **GABRIELA REGINO VIEIRA SOARES - GO040666**
INTERES. : **MUNICÍPIO DE NIQUELÂNDIA**
PROCURADOR : **KEILA ROSA RODRIGUES - GO018212**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. JUÍZO COMUM ESTADUAL E JUÍZO TRABALHISTA. AÇÃO DE COBRANÇA. VÍNCULO JURÍDICO-ADMINISTRATIVO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo de competência suscitado entre o Juízo da Vara do Trabalho de Uruaçu/GO e o Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Niquelândia/GO, nos autos da ação de cobrança ajuizada contra o Município de Niquelândia/GO, por meio da qual a parte autora requer o recebimento de verbas de natureza trabalhista.

É o breve relatório. Decido.

O STF, no julgamento da ADI 3.395/DF, em 05.04.2006, referendou liminar anteriormente concedida, que suspendera qualquer interpretação do inciso I do art. 114 da Constituição Federal, alterado pela Emenda Constitucional n. 45/2004, que atribuisse à Justiça do Trabalho a apreciação de causas instauradas entre o Poder Público e seus servidores, a ele vinculados por típica relação de ordem estatutária ou de caráter jurídico-administrativo.

Por isso, se o vínculo estabelecido entre o Poder Público e o servidor for estatutário, a competência para análise das controvérsias trabalhistas será da Justiça Comum (Estadual ou Federal), ao passo que, na hipótese de vínculo trabalhista, regido pela CLT, caberá à Justiça laboral o julgamento dos litígios daí advindos.

A propósito:

AGRAVO REGIMENTAL NO CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. CONFLITO INSTAURADO ENTRE A JUSTIÇA DO TRABALHO E A JUSTIÇA COMUM ESTADUAL. CONTROVÉRSIA SOBRE A VALIDADE DE LEI LOCAL, QUE TRANSMUDOU O REGIME CELETISTA PARA O ESTATUTÁRIO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM ESTADUAL. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

I. O STF, no julgamento da ADI 3.395/DF, referendou liminar anteriormente concedida, que suspendera qualquer interpretação do inciso I do art. 114 da CF/88, alterado pela EC 45/2004, que atribuisse à Justiça do

Trabalho a apreciação de causas instauradas entre o Poder Público e seus servidores, a ele vinculados por típica relação de ordem estatutária ou de caráter jurídico-administrativo.

II. É firme a jurisprudência desta Corte, acompanhando o STF, no sentido de que, **"se o vínculo estabelecido entre o Poder Público e o servidor for estatutário ou de caráter jurídico-administrativo, a competência para análise das controvérsias trabalhistas será da Justiça Comum (Estadual ou Federal) (...)"** (STJ, AgRg no CC 126.125/PE, Rel. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira seção, DJe de 30/04/2014).

VI. Agravo Regimental improvido (AgRg no CC 135.356/RN, Rel. Ministra Assusete Magalhães, Primeira Seção, DJe 06/04/2015) (grifamos).

No caso concreto, o vínculo estabelecido entre o Poder Público e a parte requerente é jurídico-administrativo, e não celetista, tendo em vista que a contratação se deu para o exercício de cargo em comissão, conforme a exegese da Súmula n. 218/STJ, segundo a qual: "[c]ompete à Justiça dos Estados processar e julgar ação de servidor estadual decorrente de direitos e vantagens estatutárias no exercício de cargo em comissão".

Isso posto, **conheço** do conflito para **declarar a competência** do Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de Niquelândia/GO, forte no art. 955, parágrafo único, do CPC/2015 combinado com o art. 34, XXII, do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Relator